

Arida, Persio

Working Paper

Asfixia cambial e balança comercial: a economia planificada

Texto para discussão, No. 47

Provided in Cooperation with:

Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Suggested Citation: Arida, Persio (1983) : Asfixia cambial e balança comercial: a economia planificada, Texto para discussão, No. 47, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/186295>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

PUC/RJ

Março 1983

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 47

INFLAÇÃO CAMBIAL E BALANÇA COMERCIAL

I. A ECONOMIA PLANIFICADA

Fersio Arida

ASFIXIA CAMBIAL E BALANÇA COMERCIAL

- I - A Economia Planificada (dirigida de 1966, Tese de Mestrado em Economia, Universidade de Brasília, Departamento de Economia da FFE/UBR).
1. Introdução geral dos três trabalhos, (pág. 1)
 2. O Modelo (pág. 8)
 3. Austeridade e Restrição Externa (pág. 10)
 4. O trade-off entre Balança Comercial e Emprego (pág. 15)
 5. Conclusões (pág. 33)
 6. Referência (pág. 36)
- II - A Economia Capitalista regulada pelo Estado
- III - Asfixia Cambial e Inflação

Asfixia Cambial e Balança Comercial*

I. A Economia Planificada

1. Introdução Geral dos Problemas

A asfixia cambial à qual está sujeito um vasto número de países capitalistas e socialistas no início da década de 60 dispensa descrição detalhada. A determinação de suas causas e sua erradicação, somente possível através de uma nova ordem internacional, constituem tópicos candentes de discussão. Esse trabalho, todavia, discute a asfixia cambial não como problema histórico mas como realidade presente; não como fator gerador de uma coordenação política e econômica global mas como fator condicionador da política econômica de curto prazo do país devedor. Em outras palavras, não nos interessa aqui como o país devedor tornou-se devedor nem como desenhar uma solução global consistente; interessa-nos examinar como o país devedor deve administrar suas políticas de curto prazo para sobreviver na ausência de uma solução global satisfatória a seus interesses.

A asfixia cambial impõe uma dupla prioridade. Primeiro, captar os recursos externos para preencher as necessidades ditadas pelo pagamento de juros e amortização de empréstimos contraídos no passado. Segundo, obter um saldo positivo na Balança Comercial. Este trabalho está restrito ao segundo problema. O objetivo da política limita-se a maximizar a diferença entre o valor das exportações e o valor das importações. Recorrer a subsí-

* Agendado observações de Ralph Schilling e Gillian T. Trumbull.

dios ou isenções tarifárias relativas é por hipótese descartada devido à causa de pressões protecionistas dos países credores. Apelar pela inovação tecnológica é por hipótese descartado devido ao caráter de curto prazo da análise. O país devedor deve utilizar os demais instrumentos de política (câmbio, salários, controle de liquidez, controle de preços e imposto de renda) no sentido de maximizar o saldo da Balança Comercial ignorando sua influência sobre a captação de recursos externos.

Este trabalho é dividido em três partes. A primeira parte, intitulada "A Economia Planificada", discute a solução do problema da Balança Comercial supondo que o Estado administre diretamente quantidades. Ou seja, o Estado decide em termos quantitativos o quantum exportado e importado e a alocação de mão-de-obra para os setores "tradeable" e "non-tradeable". Na segunda parte, intitulada "A Economia Capitalista Regulada pelo Estado", mostramos como o Estado deve replicar os resultados no plano das quantidades derivados na primeira parte regulando indiretamente a economia via preços relativos. Ou seja, trata-se de induzir os agentes a replicarem espontaneamente a solução desenhada na primeira parte do trabalho. A terceira parte, intitulada "Asfixia Cambial e Inflação", discute os aspectos inflacionários da constelação de preços relativos desenhada na segunda parte do trabalho.

Esta organização não é casual. Os problemas da regulação estatal em uma economia capitalista envolvem considerações de duas ordens. Primeiro, considerações pertinentes às políticas fiscal e monetária. Segundo, considerações

relevantes ao investimento público. Por razões óbvias de aproximação, ignoramos neste trabalho a segunda classe de considerações. O Estado na economia estruturada não investe e não emprega. A regulação estatal limita-se a controlar instrumentamente indutores da ação dos agentes econômicos privados. É justamente o caráter da regulação estatal como uma indução da ação privada que justifica a divisão do trabalho em três partes. Pois para induzir via preços os agentes privados é necessário saber para onde se quer chegar no plano das quantidades; somente após responder a esta questão é que se pode perguntar como manipular os instrumentos de política. Isto explica porque a primeira parte do trabalho supõe uma economia planificada e a questão dos preços relativos aparece somente na segunda parte. Evidentemente a economia planificada descrita na parte I nada mais é do que um artifício de exposição, uma etapa no decorrer do raciocínio; mas veremos ser uma etapa importante, pois, dependendo da estrutura de respostas dos agentes, nem toda constelação no plano das quantidades é obtível via promulgação de uma constelação definida de preços relativos.

O parágrafo acima não esgota o que deve ser dito sobre a organização do trabalho em três partes. Saber antecipadamente a constelação de quantidades a que se deseja chegar é obviamente crucial para a avaliação quantitativa dos instrumentos de preço. Neste sentido, a resolução cuidadosa e explícita do modelo desempenha um papel didático. As discussões sobre a regulação induzida da economia inevitavelmente desdobram em questões espinhosas: quanto desvalorizar? quanto controlar os preços? quanto aumentar (ou diminuir) as alíquotas fiscais? etc... Obviamente a resposta su -

põe saber antecipadamente as funções de resposta dos agentes em relação a constelação de quantidades a que se deseja chegar. No modelo estudado, deriva-se explicitamente a magnitude dos incentivos de preços em termos dos vários coeficientes técnicos, das elasticidades de resposta e da constelação desejada ao nível das quantidades. Em uma economia real, saber estes vários elementos requer sempre um conhecimento empírico e econométrico de muito valor. Embora o presente trabalho esteja limitado ao plano teórico, espero que o modelo possa eventualmente ser estimado e possibilite assim resolver, da forma mais rigorosa possível, os difíceis problemas quantitativos da regulação induzida. Foi pensando em uma futura estimação econométrica que modelei as relações básicas em termos lineares.

A limitação do estudo da regulação estatal à regulação induzida (manejo de câmbio, salários, preços internos e externos, etc.) e o conseqüente negligenciamento da regulação direta (via investimento público) foram justificados acima como expediente para evitar complexidades não manejáveis analiticamente de forma simples. Há uma outra justificativa. O debate sobre a regulação direta, ou sobre a "estatização", tem um perfil ideológico nítido na nossa sociedade e por isto mesmo tende a ofuscar os problemas de regulação induzida. Separar analiticamente a regulação induzida da regulação direta e concentrar-se na primeira é uma estratégia que visa preencher uma lacuna no debate existente.

E mais. São obviamente desperdiçadas do ponto de vista da eficiência a alocação de recursos de direita que vê em todo e qualquer investimento estatal uma ameaça ao bom funcionamento do capitalismo quanto a alocação de recursos que vê em todo e qualquer investimento estatal um progresso em direção ao socialismo. Antes de poder-se defender com unhas e dentes o investimento público, convém, em nossos países, de racionalizá-lo. Ora a racionalização do investimento público dificilmente pode ser discutida em um modelo macro agregado a dois setores. Em contraste, os problemas da regulação induzida se prestam bem ao tratamento nos modelos macroeconômicos agregados.

Em um aspecto importante o tratamento da regulação induzida pelo Estado aqui feito é apenas parcial. Supomos neste trabalho que o Estado conhece perfeitamente a constelação desejada no plano das quantidades e as funções de resposta dos agentes; de modo que o Estado pode saber antecipadamente o efeito de sua estratégia regulatória. Tipicamente, contudo, tal não é o caso. A incerteza aparece presente tanto ao nível das quantidades ótimas quanto ao nível das reações no plano das quantidades pelos agentes privados diante de preços administrados pelo Estado. Discuti alguns aspectos destes dois tipos de incerteza, relativos aos problemas de restrição de bens de consumo de difícil substituição, em Arida (1982a). Neste trabalho, todavia, o fenômeno da incerteza é ignorado. Mas nem por isto torna-se menos relevante. Basta lembrar-se da incerteza quanto à meta ótima da Balança Comercial ou quanto à resposta no plano do quantum exportado e importado dos agentes diante de uma desvalorização

real da moeda para certificar-se da validade de hipóteses aqui descartadas.

A organização do trabalho traduz evidências para a ordenação implícita das metas de política. Fundamental é controlar ou minorar os efeitos da asfixia cambial; é em função da esse objetivo que se fixam preços relativos, carga fiscal e controles. A contenção dos efeitos inflacionários dos preços relativos constitui um objetivo importante porém secundário da política. Esta ordenação de objetivos parece inquestionável e ousaria dizer que seria aceita por boa parte dos economistas nas atuais circunstâncias. Manipular preços relativos para conter a inflação com prejuízo da Balança Comercial não seria aceitável a menos que se visse a inflação como o mal maior, ente demoníaco de ação generalizada que seria necessário conter a todo custo. A ordenação de objetivos que dá primazia à asfixia cambial faz com que seja somente na terceira parte do trabalho que se discute a meta inflação, quando os instrumentos básicos de controle já foram dimensionados pela meta cambial. A inspiração estruturalista do terceiro ensaio, onde a inflação decorre de conflitos distributivos a nível de preços relativos, é alimentada por mecanismos de indexação generalizada e viabilizada por políticas de moeda passiva será evidente ao leitor.

Das três partes deste trabalho, duas delas correspondem a versões ou modificações extensas de textos já escritos. A segunda parte retoma, de forma mais rigorosa, idênticas e proposições de Arida (1982b). A terceira parte refaz um texto não publicado, a saber, Arida (1982c). A transição gradual das três

partes, cada uma dependendo das anteriores, fez com que houvesse um grande número de revisões e retificações dos dois textos já escritos, o que fez com que o trabalho se elevasse a um nível mais elevado. Mas sua estrutura básica foi preservada. Em particular, a tese de Arida (1982b), segundo a qual deve-se evitar a recessão permanente pelo ajuste do nível de atividade das empresas e preços relativos adequados à realidade da assíria cambial reaparece na parte II; e a tese de Arida (1982c), segundo a qual a desindexação, mesmo generalizada, de uma economia com inflação estrutural crônica tem efeitos negativos sobre o nível de emprego, reaparece na parte III. Visto como um todo, este trabalho busca sedimentar propostas desenvolvidas de forma não rigorosa em Arida (1982d).

Há um último aspecto do trabalho que gostaria de ressaltar desde o início. A parte I deste trabalho está repleta de divergências doutrinárias. A parte III tem, como afirmei acima, uma inspiração notoriamente estruturalista. Ao leitor atento não deve escapar o caráter igualmente heterodoxo da parte II. Se definirmos heterodoxia como o afastamento das regras da moderna macroeconomia, verificamos que a parte II é heterodoxa em um sentido determinado: supõe multiplicidade de posições de equilíbrio. A moderna macroeconomia endossou sem reservas a idéia de uma curva de Phillips vertical no longo prazo. Ora, isto supõe que a economia só disponha de um único equilíbrio walrasiano e portanto que só existe uma única configuração de preços relativos capaz de induzir ao equilíbrio de longo-prazo. Em contraste, o suposto implícito da parte II é que a economia pode estabilizar-se diante de várias configurações de preços relativos. Só dentro deste suposto de multiplicidade de equilíbrios é que faz sentido perguntar-se

uma constelação de preços relativos tal que os agentes a longo prazo acabem espontaneamente a solução ótima no plano das quantidades. O leitor atento deve assim perceber que não existe algo como uma curva de Phillips vertical, como se afirma na seção II. Por razões de brevidade, não farei aqui a distinção entre a possibilidade da reposição de equilíbrio do equilíbrio feito pelo poder econômico; a opção pela heterodoxia revela minha preferência pela suposição de multiplicidade.

As três partes do presente trabalho são auto-contidas. O objetivo é apresentar didaticamente os problemas e alternativas diante da asfixia cambial. Por isto, omiti toda referência à literatura, quer para marcar distanciamentos e divergências, quer para marcar convergências e filiações. O caráter didático do trabalho salta à vista; encaro-o como virtude e não como defeito.

2. O Modelo

A obtenção de superavit na Balança Comercial será discutida neste trabalho em termos de um modelo extremamente simples. Há três bens. G é um insumo importado. X e N são bens produzidos domesticamente. X é um bem exportável mas que pode ser consumido domesticamente; N é um bem de consumo exclusivamente doméstico. X e N são produzidos por uma tecnologia a coeficientes fixos. Trabalho e insumo importado são necessários para a produção dos dois bens em quantidades a_x e b_x , a_n e b_n para produzir uma unidade de X e N respectivamente. A produção doméstica de X e N tem um limite máximo de \bar{X} e \bar{N} , respectivamente. A existência destes limites reflete o caráter de curto-prazo de análise.

Na economia estudada, a condição da Balança Comercial é dada por (1) abaixo:

$$BC = \bar{P} [X^P - X^D] - G^* [N^P - b_x X^P] \quad (1)$$

Em (1), \bar{P} e G^* são o valor da moeda estrangeira da unidade doméstica e G respectivamente. O primeiro termo do lado direito de (1) é o valor das exportações. X^P e N^P em (1) atestam as quantidades produzidas ao passo que X^D é a quantidade do bem exportável consumido domesticamente. O segundo termo do lado direito de (1) é o valor das importações.

Uma condição necessária para saldo positivo na BC (1) é dada por (2) abaixo:

$$\bar{P} - G^* b_x > 0 \quad (2)$$

(2) significa que a absorção da moeda estrangeira ao produzir uma unidade do bem exportável deve ser menor do que seu preço no mercado externo. Nos casos em que é possível controlar \bar{P} , ou G^* , a condição (2) estabelece um piso mínimo para o preço a ser fixado para o bem exportável ou um valor máximo para o custo G^* das importações. Nos casos onde o preço de X é fixado no mercado exterior e a desigualdade (2) não vale, só resta assegurá-la através de política de inovação tecnológica que reduza o requisito de insumo importado b_x na produção do bem exportável. Postularemos neste trabalho que a condição (2) é sempre satisfeita.

3. Austeridade e Realocação Interna

Na economia planificada, o Estado decide diretamente a quantidade produzida dos bens X^P e N^P , e as quantidades consumidas de cada produto X^D e N^D . Para o bem X com sua exclusividade doméstica (3) impõe o equilíbrio entre oferta e demanda:

$$N^P = N^D = N \leq \bar{N} \quad (3)$$

Seja \bar{X} a máxima demanda possível por X no exterior, $\bar{X} > 0$ por hipótese. A diferença entre produção e demanda doméstica do bem exportável deve ser absorvida no exterior por (4) ao passo que o total produzido é sujeito ao teto da capacidade \bar{X} em (5):

$$0 < X^P - X^D \leq \bar{X} \quad (4)$$

$$X^P \leq \bar{X} \quad (5)$$

Se o objetivo do Estado é aumentar o saldo na balança comercial em (1), é imediato observar que o Estado deve aumentar X^P e diminuir X^D e N . As limitações são de duas ordens. Primeiro, o total de exportações é limitado por (4). Segundo, os habitantes da economia não podem viver de ar. O número total de horas de emprego vigente na economia L é dado por (6) abaixo:

$$L = a_x X^P + a_n N \quad (6)$$

Ignoraremos ao longo deste trabalho a restrição de pleno emprego. Se \bar{L} for a oferta de mão-de-obra total, postularemos que a condição (7) abaixo é satisfeita:

$$\bar{L} \geq a_x \bar{X} + a_n \bar{N} \quad (7)$$

Ou seja, a restrição de pleno emprego não impede que a economia produza a plena capacidade em ambos os setores.

Se cada hora de emprego consumir c_x do bem X e c_n do bem N, as equações (8) e (9) valem:

$$c_n [a_x X^P + a_n N] = N^D \quad (8)$$

$$c_x [a_x X^P + a_n N] = X^D \quad (9)$$

Substituindo (8) e (9) nas condições $N^D = N^P$ em (3) e $X^D < X^P$ em (4), obtemos a relação de proporcionalidade (10) entre a produção doméstica dos dois bens e a desigualdade (11) necessária para a existência de um excedente exportável de X:

$$X^P = \frac{1 - c_n a_n}{c_n a_x} \cdot N \quad (10)$$

$$X^P > \frac{c_x a_n}{1 - c_x a_x} \cdot N \quad (11)$$

Para assegurar que as condições (10) e (11) possam ser simultaneamente satisfeitas para um mesmo par estritamente positivo (X^P, N) é necessário impor a condição (12) abaixo:

$$\frac{1 - c_n a_n}{c_n a_x} > \frac{c_x a_n}{1 - c_x a_x} \quad (12)$$

ou alternativamente a condição (12-A):

$$c_n a_n + c_x a_x < 1 \quad (12-A)$$

A condição (12-A) seria obviamente satisfeita se a população pudesse viver de ar, isto é, se $c_x = c_n = 0$. Mas se o par (c_x, c_n) vigente é estritamente positivo, (12-A) impõe limites para o consumo interno. Observe que para toda tecnologia expressa nos valores a_x e a_n , sempre existe um par (c_x, c_n) tal que (12-A) fica satisfeita. No gráfico 1 abaixo, a reta OA representa o requisito de proporcionalidade (10) ao passo que a reta OB expressa a igualdade associada a (11). O gráfico 1 supõe que (12-A) esteja valendo.

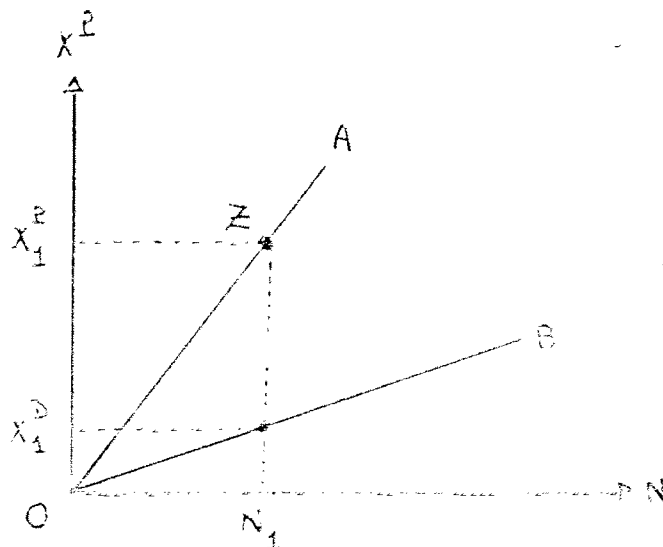


Gráfico 1

Se a economia está no ponto V_1 , as condições de equilíbrio das são N_1 e X_1^P e o excedente exportável é $V_1^P - V_1^D$. Se (12-A) vale como igualdade, a reta OB coincide com a reta OA e a economia não gera excedente exportável para nenhum nível de atividade; se o sinal da desigualdade (12-A) estiver invertido, a economia precisa receber as importações líquidas do bem exportável para sustentar um nível positivo de atividade, pois neste caso a reta OB estará acima da reta OA no Gráfico 1.

A existência de um excedente exportável assegurada em (12-A) não resolve todavia o problema da asfixia cambial. Mesmo admitindo-se que existe demanda externa pelo excedente exportável, isto é, mesmo respeitando-se (4), não se segue da mera existência do excedente que a Balança Comercial em (1) apresentará saldo positivo. Pois o consumo c_x e c_n dos dois bens impõe a importação de G para assegurar a produção doméstica.

Substituindo (8) e (9) em (1) obtemos:

$$BC = K_1 X^P \quad (13)$$

onde K_1 é a constante dada por (14):

$$K_1 = \left[\bar{P} - G^* b_x \right] - \frac{a_x}{1 - c_n a_n} \left[\bar{P} c_x + G^* b_n c_n \right] \quad (14)$$

Se K_1 é positivo, (13) implica que o Estado deve maximizar a produção do bem exportável X^P e consequentemente de N por (10). Em termos do gráfico 1, trata-se de retirar a economia o mais longe possível da origem ao longo da reta OA.

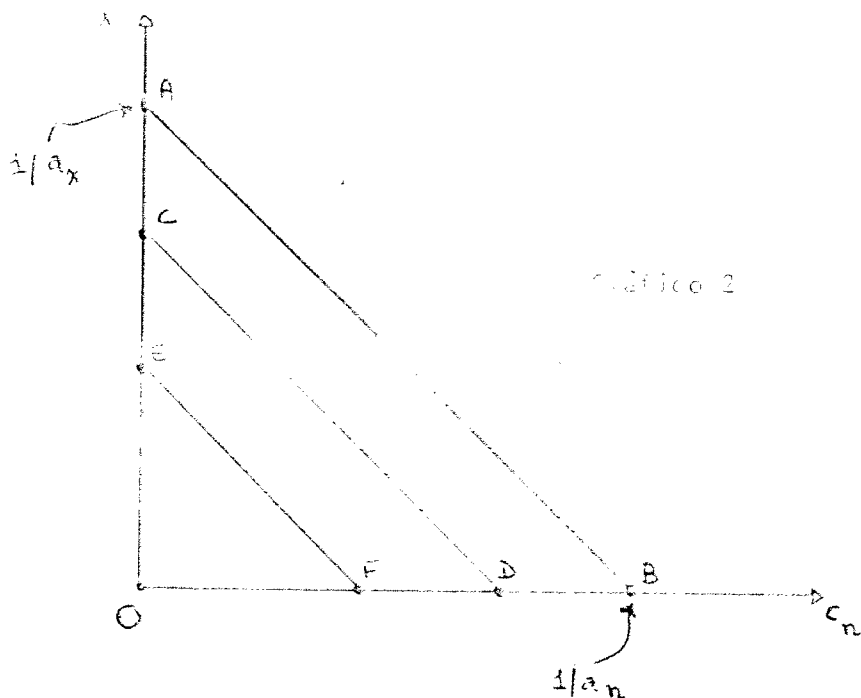
Se $K_1 \neq 0$, não há como gerar superávit positivo; e se $K_1 = 0$, a Balança de Comércio será necessariamente deficitária para níveis positivos de atividade. Em (14), vemos que a condição (2) não é suficiente para garantir $K_1 > 0$. A condição para $K_1 > 0$ é dada em (15) abaixo:

$$c_x [a_x + K_2 b_x] + c_n [a_n + K_2 b_n] > 1 \quad (15)$$

onde K_2 é a constante dada em (16):

$$K_2 = \frac{a_x}{\frac{\bar{P}}{C^*} - b_x} \quad (16)$$

Observe que (15) é uma condição mais restritiva do que (12-A). Se não existem importações, isto é, se $b_x = b_n = 0$, (15) e (12-A) coincidem. Pois na hipótese de auto-suficiência assegurar um superávit na Balança Comercial coincide com assegurar um excedente exportável. A existência de importações, contudo, faz com que níveis de absorção doméstica capazes de gerar excedente exportável provoquem déficit na Balança Comercial. Observe que quanto menor \bar{P}/C^* isto é, quanto maior o custo do bem importado relativamente ao preço do bem exportável, mais restritiva fica a condição (15) pois maior o valor da constante K_2 . No gráfico 2 abaixo, o triângulo OAB designa a área factível para gerar excedente exportável dada por (12-A), os triângulos OCD e OEF áreas factíveis para gerar superávit na Balança Comercial (supondo a existência de demanda externa). No triângulo OCD a razão \bar{P}/C^* é maior do que no triângulo OEF. As retas AB, CD e EF no Gráfico 2 são paralelas pela hipótese que $a_n b_x - a_x b_n = 0$. O leitor verificará que deixam de ser paralelas se a intensidade relativa no uso de mão-de-obra e insumo importado variar entre os dois setores.



Se (15) valer, $K_1 > 0$ em (13). O fato de que os pares admissíveis de consumo (c_x, c_n) sofrem um corte diante de mudanças desfavoráveis nos termos relativos de troca \bar{P}/G^* reflete o conteúdo verdadeiro da noção de "austeridade" - a noção segundo a qual deve-se responder a choques adversos externos por políticas contencionistas nos níveis de consumo. O mesmo significado transparece em (13) quando se observa que quanto menores c_x e c_n , maior o saldo na balança comercial para um dado volume de produção X^P (quanto menores c_n e c_x , maior K_1 em (14)). Não é verdade que somente a "austeridade" no consumo do bem exportável importa; a "austeridade" no consumo do bem exclusivamente doméstico também aumenta o saldo na Balança Comercial. A este significado correto da noção de "austeridade", em breve apontaremos alguns significados plenamente equivocados.

Se $K_1 > 0$ por (13), a condição de um saldo positivo em (13) fica assegurada. Em princípio, quanto maior X^P , maior o saldo na Balança Comercial. O Estado não pode todavia produzir aci-

na do teto de plena capacidade \bar{N} . Assim, a proporcionalidade (10) faz com que aumentos na produção de X^P sejam acompanhados por aumentos na produção de N - e esta por sua vez pode ultrapassar o teto de plena capacidade \bar{N} . Um fator limitativo advém da demanda externa. O excedente não pode ser $X^P - X^D$ não deve ultrapassar o nível de demanda externa \bar{X} . Quando (8) e (9) podemos escrever o excedente exportável em função da produção total do bem exportável:

$$X^P - X^D = \left[\frac{1 - c_n a_n - c_x a_x}{1 - c_n a_n} \right] \cdot X^P \quad (17)$$

Se (15) valer, (17) é positivo para $X^P > 0$. Os três fatores limitativos são sumarizados em (18) abaixo:

$$\left. \begin{array}{l} N \leq \bar{N} \\ X^P \leq \bar{X} \\ \left[1 - c_n a_n - c_x a_x \right] X^P \leq \bar{X} \end{array} \right\} (18)$$

Definimos neste trabalho a restrição externa R como a magnitude (19) abaixo:

$$R = \frac{\bar{X}}{1 - c_n a_n - c_x a_x} \cdot [1 - c_n a_n] \quad (19)$$

Observe que a restrição externa fica mais forte quando diminui a máxima demanda pelo bem exportável \bar{X} . Mas pode-se ver que R fica menor quando diminuem os parâmetros de consumo. Quer dizer, se c_x ou c_p diminuem, a restrição externa sobre a produção do bem exportável fica mais forte para uma dada demanda externa \bar{X} . Voltaremos a este ponto aparentemente paradoxal abaixo.

Utilizando (19), podemos escrever (18) assim:

$$\left. \begin{aligned} N &\leq \bar{N} \\ X^P &\leq \text{MIN} [\bar{X}, R] \end{aligned} \right\} (20)$$

Em (20) vemos o pleno significado de restrição externa. Se R for suficientemente pequeno, isto é, se $R < \bar{X}$, produzir o bem exportável a plena capacidade torna-se incompatível com a prioridade de maximizar o saldo da Balança Comercial mesmo em uma economia inteiramente planejada. A solução ótima para a asfixia cambial para um dado par de consumo (c_x, c_p) e uma dada demanda externa \bar{X} pode ser vista no Gráfico 3 abaixo.

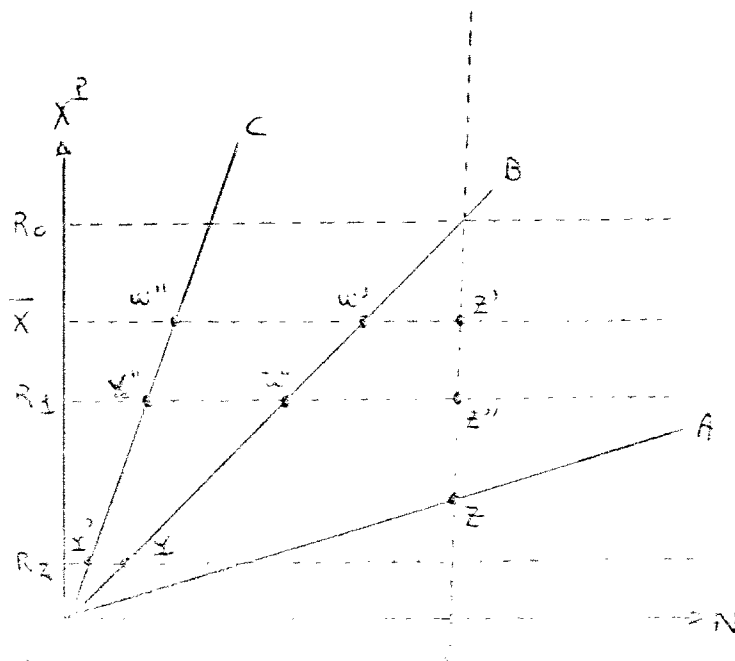


Gráfico 3

No gráfico 3, as retas OA e OB expressam a relação de proporcionalidade (10) para diferentes valores de c_n . Em OB o valor de c_n é menor do que em OA; e quanto menor c_n , mais a reta de proporcionalidade desce, isto é, a produção de X varia no sentido anti-relógio. Se $c_n = 0$, a reta de proporcionalidade coincide com o eixo vertical. No gráfico 3, R_0 , R_1 e R_2 são valores diversos da restrição externa. A restrição externa na R_0 é irrelevante uma vez que produzir o bem exportável a plena capacidade é compatível (embora não necessariamente ótimo, como veremos abaixo) com o objetivo de maximizar o saldo da Balança Comercial. Já para R_1 ou R_2 , o Estado não mais pode contemplar a possibilidade de produzir X ao nível máximo \bar{X} .

Postule a validade de (15). Então por (13) o Estado deve elevar a produção de X^P ao máximo possível dadas as restrições (20) e a relação de proporcionalidade (10).

Suponha que a situação presente seja dada pela reta OA e pela restrição externa R_1 . Nesta situação a solução ótima é regular a economia no ponto Z onde existe capacidade ociosa em X (dada pelo segmento Z'Z) mas não em N. Suponha que a situação seja dada por OB e R_1 . Neste caso a solução ótima é dada pelo ponto W onde existe capacidade ociosa na produção dos dois bens (WZ" em N e Z'Z" em X). Se a situação for dada por OB e R_0 , a solução ótima é dada por W' onde existe capacidade ociosa em N mas não em X.

É simples ler no Gráfico 3 e que corresponde ao ponto X^P da Balança Comercial. Por (13) e (14), vemos que quanto maior X^P para um dado par (c_x, c_n) , maior BC; reciprocamente, quanto menores c_x ou c_n para um dado X^P , maior BC. Postula portanto a hipótese de que c_n é constante ao longo dos vários equilíbrios. Então Z'' tem maior saldo de comércio do que Z porque supõe maior c_n e maior X^P ; W tem maior saldo do que Z'' porque supõe maior c_n para o mesmo X^P ; W' tem maior saldo do que W porque supõe maior X^P para o mesmo c_n ; Z' tem menor saldo de comércio do que W' porque supõe maior c_n para um mesmo X^P , etc. Obviamente o maior saldo possível na Balança Comercial é obtido no ponto $X^P = \bar{X}$, $X=0$ [e portanto $c_n=0$].

O gráfico 3 permite estudar o efeito de medidas de política econômica. Nos termos de análise aqui desenvolvida, o Estado pode recorrer a três tipos de iniciativa com o objetivo de maximizar o saldo na Balança Comercial. Primeiro, políticas de inovação tecnológica - vale dizer, reduções nos coeficientes técnicos a_x, b_x, a_n e b_n . Segundo, políticas de ampliação da demanda externa pelo bem exportável - vale dizer, elevações da demanda máxima \bar{X} . Terceiro, políticas de redução dos níveis domésticos de consumo - vale dizer, reduções em c_x e c_n . Negligenciaremos ao longo deste trabalho as políticas de inovação tecnológica postulando que no horizonte de tempo relevante os coeficientes técnicos são dados.

Considere inicialmente as políticas de ampliação de demanda externa. Tais políticas elevam R . Somente exercem efeito se a restrição externa for relaxante. Se a restrição estiver at

Z' ou W' no Gráfico 3 e a restrição externa for E_0 . Tais políticas são ineficazes. Para que políticas de ampliação da demanda externa sejam efetivas é necessário que exista capacidade ociosa nos dois setores no momento do ponto N . Se a economia está em W , políticas passivas de exportação levam a economia a deslocar-se ao longo da reta OB em direção a W' . Se a política de ampliação da demanda externa for eficaz, terá como efeito uma redução na capacidade ociosa dos dois setores. Deslocamentos ao longo da reta OB afastando-se da origem aumentam o saldo na Balança Comercial por (13) e o nível de emprego por (6).

Considere a seguir políticas de contenção dos níveis de consumo, as chamadas políticas de "austeridade". Observe que reduções em c_n ou c_x de um lado aumentam o saldo na Balança Comercial para uma dada quantidade produzida de X [via elevação de K_1 , veja (13) e (14)]. Mas de outro lado reduções em c_n e c_x tornam mais forte a restrição externa sobre a produção de X [via diminuição de R , veja (19)]. Para analisar o efeito de políticas de contenção de consumo devemos portanto diferenciar com cuidado casos onde a restrição externa é relevante dos casos onde não é a restrição crucial. Nos exercícios abaixo, consideramos somente variações relativamente pequenas nos parâmetros de consumo c_x e c_n .

Considere inicialmente a posição Z no gráfico 3 com a restrição externa inoperante fixada em R_0 . Uma diminuição no consumo do bem exportável c_x não exerce nenhum efeito sobre o nível de atividade nos dois setores, simplesmente aumentando o saldo da Balança Comercial por aumentar o excedente de exportável. A economia permanece em Z . Já uma diminuição no consumo do bem doméstico permite aumentar a produção do bem exportável mantendo a plena capacidade a produção do bem doméstico; o aumento no excedente exportável se traduz em maior saldo na Balança Comercial deslocando a economia de Z para Z' , digamos. O nível de emprego aumenta para diminuições em c_n mas não em c_x . Neste caso, o Estado deve ajustar a economia via redução no consumo do bem doméstico, obtendo ao mesmo tempo maior saldo na Balança Comercial e mais emprego.

Considere a seguir a posição W' com restrição externa ainda inoperante em R_0 . Uma diminuição no consumo do bem exportável simplesmente aumenta BC sem afetar o nível de atividade. A economia permanece em W' . Já uma redução no consumo do bem doméstico aumenta a capacidade ociosa em N e portanto o nível de desemprego, ao deslocar a economia de W' para W'' , digamos. O saldo da BC é contudo maior em W'' do que em W' .

A conclusão a ser derivada destas considerações é simples. Suponha que o Estado deseje aumentar o saldo na Balança Comercial minimizando ao mesmo tempo o efeito das medidas sobre o nível de emprego. Suponha também que a restrição externa é inoperante. Neste caso, a economia produz a plena capacidade ao menos

em um setor. Se a restrição relevante for o teto de capacidade de N , a solução ótima é definir o consumo de X . Neste caso, o emprego aumenta. Se a restrição relevante for o teto de capacidade de Y , a solução ótima é definir o consumo de X . Neste caso, o emprego fica inalterado. Em qualquer caso aumenta o saldo da Balança Comercial. Se a restrição externa não é operante, obter maior saldo na Balança Comercial não implica necessariamente em sacrificar o nível de emprego e pode até implicar em aumentá-lo.

Estas conclusões não se mantem quando a restrição externa é operante. Suponha que a economia esteja em W com a relação de proporcionalidade OB e a restrição externa R_1 . Neste caso, existe capacidade ociosa em ambos os setores. Suponha que o Estado não possa mais recorrer a políticas de ampliação de demanda externa. A demanda externa \hat{X} é portanto dada. O único instrumento de política viável é a redução nos parâmetros de consumo c_x e c_n .

Considere uma redução em c_x . No gráfico 3 a reta OB fica inalterada, uma vez que a relação de proporcionalidade em (10) só depende de c_n . Mas por (19) vemos que a restrição externa fica mais intensa, isto é, R diminui. Antes da queda em c_x , a economia tinha R_1 como restrição externa; agora tem R_2 e Y passa a ser a solução ótima nas novas circunstâncias. A redução do consumo doméstico do bem exportável reduziu assim o nível de atividade nos dois setores e portanto aumenta o desemprego. Trata-se então de saber se a queda em c_x aumenta o saldo da Balança Comercial. Substituindo (19) em (13) e usando (14) obtemos:

$$BC = K_3 \cdot \hat{X} \quad (21)$$

onde K_3 é a constante (22) abaixo:

$$K_3 = \left[1 - c_{n^n} a_{n^n} \right] \cdot \frac{\bar{F} - c_x^x b_x^x}{1 - c_{n^n} a_{n^n} - c_x^x a_x^x} - \frac{a_x^x (\bar{F} - c_x^x b_x^x) - c_{n^n}^n a_{n^n}^n}{(1 - c_{n^n} a_{n^n} - c_x^x a_x^x)} \quad (22)$$

Em (22), K_3 aumenta quando c_x diminui. A redução de c_x desloca o equilíbrio de W para Y, aumentando o saldo da Balança Comercial e diminuindo o nível de emprego. Observe que diminui tanto a produção do bem exportável quanto seu consumo doméstico. Vimos acima que paradoxalmente a restrição externa ficava mais forte quando se diminuía o consumo doméstico de X. Não é difícil agora entender a razão deste resultado. Quando diminui c_x , aumenta a fração da produção de X devotada à exportação. Como o montante exportável é fixo em \hat{X} , a produção total deve diminuir para que uma dada fração agora majorada seja igual a \hat{X} . Se a restrição externa vale, $X^P = R$ e por (19) vemos que uma redução de c_x para um dado \hat{X} inevitavelmente reduz X^P .

Do ponto de vista da Balança Comercial, a mudança de equilíbrio de W para Y só pode por conseguinte aumentar o saldo do comércio pela redução de X e N. A Balança Comercial definida em (1) pode ser escrita quando existe restrição externa como (23) abaixo:

$$BC = \bar{F}\hat{X} - G^* \cdot \left[b_x X^P + b_n N \right] \quad (23)$$

Quando a economia se desloca de W para Y , BC aumenta porque diminuem X^P e N e portanto o segundo termo do lado direito de (24). O ganho na Balança Comercial decorre não de um aumento das exportações, que estão proibidas no P.E., mas de uma redução nas importações.

Considere agora por contraste uma redução em c_n a partir de uma situação inicial W com OB como reta de proporcionalidade e R_1 como restrição externa. O efeito da redução em c_n transparece em um duplo movimento. Por um lado, a reta de proporcionalidade sofre uma rotação para a esquerda passando de OB para OC . Por outro lado, a restrição externa torna-se mais forte; em vez de R_1 passamos a R_2 , digamos. O novo ponto de equilíbrio passa agora a ser Y' . Quando comparado à situação original, o novo equilíbrio em OC e com menor valor de R certamente apresenta menos emprego que o volume de emprego vigente em W ; a capacidade ociosa nos dois setores aumenta. O efeito sobre a Balança Comercial pode ser visto diferenciado K_3 em (22) com relação a c_n . O leitor paciente verificará que BC aumenta quando c_n diminui.

A interpretação deste resultado é similar ao caso anterior onde uma redução de c_x aumentava o saldo da Balança Comercial. A redução no consumo c_n acarreta de imediato uma contração na produção de N para um dado nível de produção de X . Vimos isto em (10); este efeito aparece na transição de W para Y'' . Mas sob a restrição externa $X^P = R$, a queda em c_n provoca uma diminuição em X^P por (19); daí o deslocamento de Y'' para Y' , onde a redução na produção do bem ex

portável acarreta uma redução na produção de bens não exportáveis, a força da relação de proporcionalidade.

Estas conclusões são intuitivas. Se a restrição externa está operante, a política fiscal consiste em ampliar a demanda externa permitindo assim ao governo de aplicar os recursos na Balança Comercial e mais emprego. A outra alternativa é reduzir o emprego doméstico via redução de c_x ou c_n . Nesta outra alternativa, aumenta a capacidade ociosa nos dois setores. O saldo da Balança Comercial aumenta às custas de uma redução no emprego.

Os quadros 1 e 2 abaixo resumizam os resultados obtidos. O quadro 1 mostra os efeitos de políticas de austeridade e de ampliação de demanda externa sobre o emprego e sobre o saldo da Balança Comercial. Em cada dupla de sinais (,), o primeiro sinal é o efeito sobre o emprego e o segundo o efeito sobre a balança comercial; por "0" designamos efeito nulo.

Restrição relevante	AUSTERIDADE		AMPLIAÇÃO DEMANDA EXTERNA
	Redução c_x	Redução c_n	
\bar{N} (capacidade ociosa em X)	(0,+)	(+,+)	(0,0)
\bar{X} (capacidade ociosa em N)	(0,+)	(-,+)	(0,0)
R (capacidade ociosa generalizada)	(-,+)	(-,+)	(+,+)

Quadro 1: efeitos sobre o emprego e a balança comercial.

O quadro 2 abaixo sintetiza os efeitos sobre a produção setorial das políticas de austeridade.

Restrição Relevante	Redução c_x : Efeitos sobre		Redução c_m : Efeitos sobre	
	\bar{N}	\bar{X}	\bar{N}	\bar{X}
\bar{N}	0	0	+	0
\bar{X}	0	0	0	-
R	-	-	-	-

Quadro 2: efeitos sobre a produção setorial.

Alguns comentários sobre os quadros 1 e 2 devem ser feitos. Observe inicialmente no quadro 2 que a diminuição do consumo do bem exportável não tem efeitos sobre o nível de atividade a menos que a restrição externa seja vigente. Pois quando a restrição relevante é dada por \bar{N} ou \bar{X} , quedas em c_x alteram a composição da produção de X^P entre X^D e $X^P - X^D$; menor c_x aumenta o volume exportável $X^P - X^D$ e diminui o volume absorvido domesticamente. Mas se não há restrição externa o aumento do volume exportável não esbarra no máximo exportável \bar{X} . Observe a seguir ainda no quadro 2 que políticas de austeridade implicam em redução do nível de atividade nos dois setores diante de uma restrição externa relevante; no entanto pelo quadro 1 podem em outras circunstâncias até aumentar o nível de emprego. Por último,

veja no quadro 1 que políticas de ajuste levam sempre ao mesmo saldo na Balança Comercial.

4. O trade-off entre Balança Comercial e emprego

Restamos agora analisar o trade-off entre Balança Comercial e emprego. Das três tipos de restrição no quadro 1, interessa-nos basicamente examinar o trade-off nos casos onde a restrição externa é relevante. Descartaremos a possibilidade de ampliação de demanda externa; \hat{X} é um parâmetro dado para a política econômica. As variáveis de escolha são somente variações no consumo de X e N. Dados c_x e c_n , X^P é determinado por (19); N decorre então por (10); dados X^P e N, BC resulta por (24) e L por (6). Dado um superavit desejado \overline{BC} na Balança Comercial, trata-se de saber qual o máximo obtível de emprego.

Sob a restrição externa $X^P = R$, obtemos (25) substituindo (19) e (10) em (24):

$$BC = \bar{p}\hat{X} - \frac{G^* \hat{X}}{1 - c_n a_n - c_x a_x} [b_x + c_n \theta] \quad (25)$$

(25) mostra BC em função de \hat{X} , c_x e c_n . O parâmetro θ é dado por (26) abaixo:

$$\theta = b_n a_x - b_x a_n \quad (26)$$

Em (26), $\theta = 0$ se os dois setores apresentarem a mesma intensidade relativa no uso de mão-de-obra e insumo importado. Podemos reescrever (25) assim:

$$F [c_x, c_n] \cdot [b_x + c_n \theta] = \frac{\bar{X} - \overline{BC}}{G} \quad (27)$$

onde

$$F [c_x, c_n] = \frac{1}{(1 - c_n a_n - c_x a_x)} \quad (28)$$

Observe que (28) é uma magnitude positiva por força de (12-A). Usando agora (6), (19), (10) e (28) e lembrando a restrição externa $X^P = R$, obtemos:

$$L = F [c_x, c_n] \cdot a_x \quad (29)$$

O problema de determinar o máximo nível de emprego compatível com um dado superávit desejado na Balança Comercial \overline{BC} pode então ser definido assim:

$$\text{MAX}_{\{c_x, c_n\}} F [c_x, c_n] \cdot a_x$$

$$\text{Sujeito a } F [c_x, c_n] \cdot [b_x + c_n \theta] = K_4 \quad (30)$$

onde a constante K_4 é dada por (31) abaixo:

$$K_4 = \frac{\bar{X} - \overline{BC}}{G} > 0 \quad (31)$$

Analisemos inicialmente o problema (30) quando $\theta = 0$. Neste caso, todo par (c_x, c_n) que satisfaça a restrição de gerar um dado saldo \overline{BC} na Balança Comercial para o mesmo nível de emprego, a saber $L = K_4 \cdot \hat{\theta}$, onde $\hat{\theta} = \frac{a_x}{b_x} = \frac{a_n}{b_n}$. Portanto, no

caso de idênticas "composições orgânicas", consiste o problema de escolher os níveis ótimos de consumo de X e N que maximizam o emprego para um dado \overline{BC} . Para $\theta = 0$, o trade-off entre emprego e saldo de comércio é dado por (*) acima:

$$L = \frac{[\overline{PX} - \overline{BC}]\overline{\theta}}{G^*} \quad (*)$$

Em (*), quanto menor a necessidade de insumo importado relativamente à mão-de-obra, isto é, quanto maior $\overline{\theta}$, maior o nível de emprego obtenível para um dado saldo desejado na Balança Comercial. O trade-off (*) é mostrado no Gráfico 4 abaixo; por restrição do problema, o trade-off não pode incluir o ponto com coordenadas $L = 0, \overline{BC} = \overline{PX}$.

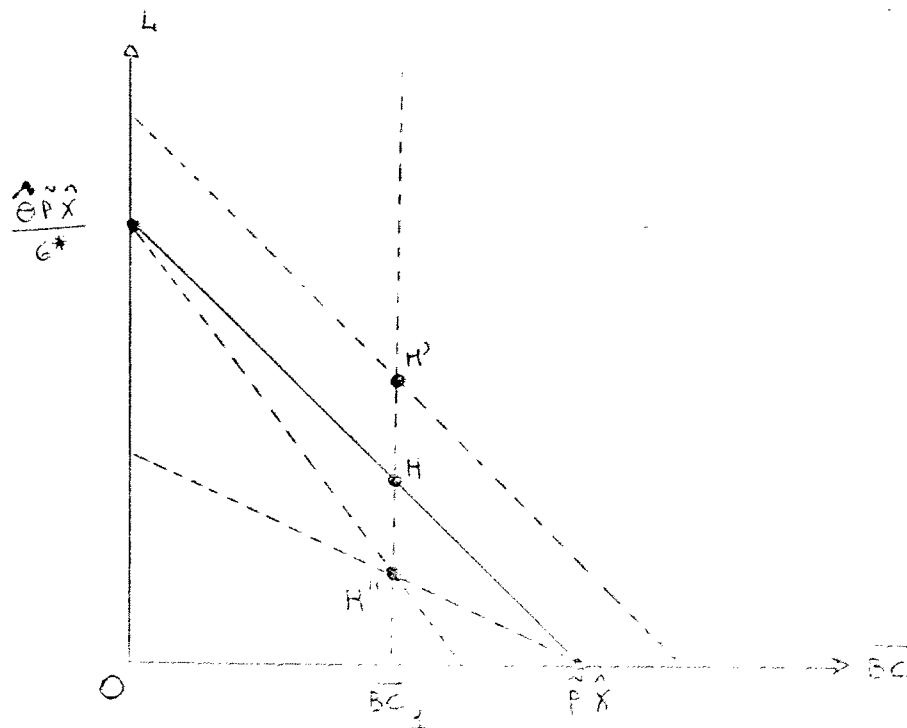


GRÁFICO 4

No gráfico 4, a linha pontilhada acima da linha cheia mostra o efeito de uma ampliação no quantum máximo exportado \hat{X} . Torne-se possível então gerar mais emprego para um dado nível de comércio, como refletido no movimento de H para H' . A linha tracejada abaixo da linha cheia saindo do ponto H , $\overline{BC} = P\hat{X}$, mostra o efeito de um aumento do preço do bem importável. O deslocamento de H para H'' revela que o mesmo saldo na Balança Comercial é agora associado a menos emprego. Já a linha tracejada abaixo da linha cheia saindo do ponto L , $\overline{BC} = 0$, $L = \frac{\hat{\theta} P \hat{X}}{G^*}$, mostra o efeito de uma queda proporcional em \tilde{P} e G^* . A queda proporcional no preço do bem exportável e no preço do bem importável leva a uma redução do emprego para gerar um mesmo saldo de comércio, como mostrado no movimento de H para H'' . A razão para este último efeito é fácil de entender voltando a (24). Para dadas magnitudes físicas de exportação (\hat{X}) e importação ($b_x X^P + b_n N$), uma

variação proporcional em \bar{X} e \bar{G} varia proporcionalmente o saldo em dólares da Balança Comercial. Como as exportações estão fixadas em \bar{X} , para obter o mesmo saldo anterior na BC é necessário reduzir as importações proporcionalmente a \bar{X} .

Vê-se que o problema (30) quando $\Theta = 0$ tem uma característica peculiar: nele desaparece a questão de encontrar o ajuste ótimo do consumo de X e N para maximizar o emprego sujeito à geração de um dado saldo de comércio \overline{BC} . Não é difícil explicar este resultado. Considere uma diminuição pequena em c_x e um aumento pequeno em c_n tais que o saldo de comércio fique inalterado. Como o quantum exportável é dado, as variações em c_x e c_n devem manter inalterado o total importado. O aumento em c_x eleva a produção de X e nesta medida as importações de G; a diminuição em c_n diminuiria a produção de N e nesta medida provocaria contração nas importações. Se as variações em c_x e c_n satisfazem (25) para um dado saldo de comércio \overline{BC} então é verdade que (32) vale:

$$b_x \cdot \Delta X + b_n \cdot \Delta N = 0 \quad (32)$$

onde ΔX e ΔN são as variações na produção de X e N induzidas pelas mudanças no consumo doméstico.

Por outro lado, o efeito sobre o emprego ΔL decorrente da variação em c_x e c_n é, por (6), dado em (33) abaixo:

$$\Delta L = a_x \cdot \Delta X + a_n \cdot \Delta N \quad (33)$$

Utilizando (32) e (33) obtemos:

$$\Delta L = \frac{\Theta}{b_n} \cdot \Delta X = - \frac{\Theta}{b_x} \cdot \Delta N \quad (34)$$

Em (34), $\Theta = 0$ implica $\Delta L = 0$. Todo par (c_x, c_n) que satisfaça (25) para um dado \overline{BC} gera o mesmo nível de emprego. Isso pode ser visto por inspeção em (30). Suponha $\Theta > 0$. Por (26), vemos que o setor produtor de N absorve relativamente mais insumo importado por unidade de mão de obra do que o setor produtor de X. Por (34), a recomendação óbvia quando $\Theta > 0$ é aumentar ΔX e diminuir ΔN - vale dizer, aumentar c_x e diminuir c_n . Se o setor N é relativamente mais intensivo em insumo importado, maximizar o nível de emprego para um dado saldo de comércio \overline{BC} supõe reduzir c_n ao mínimo e aumentar c_x ao máximo possível compatível com (25) para $BC = \overline{BC}$. Se não há restrição adicional sobre c_n e c_x , a solução de (30) para $\Theta > 0$ consiste em resolver (25) para c_x com $c_n = 0$, $BC = \overline{BC}$. Neste caso, $N = 0$, $X^P = \overline{X} / (1 - c_x a_x)$ e $L = a_x X^P$. O bem de consumo exclusivamente doméstico desaparece e a produção de bem exportável cobre a necessidade de consumo doméstico. O ajuste das importações para gerar um dado saldo na Balança Comercial é feito através do consumo do bem exportável.

Suponha por último que $\Theta < 0$. Por (26), vemos que o setor produtor de X absorve relativamente mais insumo importado do que N. Por (34), vemos que a solução consiste em reduzir c_x ao mínimo e aumentar c_n ao máximo. Se não há restrição adicional sobre c_n e c_x , a solução de (30) para $\Theta < 0$ consiste em resolver (25) para c_n com $c_x = 0$, $BC = \overline{BC}$. Neste caso, $X^P = \overline{X}$ e $N = \frac{c_n a_n \overline{X}}{1 - c_n a_n}$.

... e, portanto, a política de ajuste externo é relevante para determinar o saldo na Balança Comercial e, portanto, o nível de emprego.

5. Conclusões

O restante deste trabalho se atém ao caso onde a distribuição externa é relevante - vale dizer, ao caso onde se trata de uma economia planificada com decisão direta sobre quantidades e existe capacidade ociosa generalizada nos dois setores. Os resultados básicos estão sumarizados nos pontos (a) - (c) abaixo.

(a) Políticas de austeridade reduzem a produção do bem doméstico e do bem exportável, aumentam o saldo de comércio e o desemprego.

(b) Políticas de ampliação da demanda externa aumentam a produção dos dois bens, o saldo de comércio e o nível de emprego.

(c) Dado o saldo na Balança Comercial, o nível de emprego fica unicamente determinado se os dois setores tiveram a mesma "composição orgânica". Se o setor produtor do bem exportável tiver maior intensidade relativa no uso do insumo importável, o máximo de emprego é limitado pela demanda toda a produção de X; se o setor produtor do bem exportável tiver maior intensidade relativa no uso de G, o máximo de emprego para um dado comércio é limitado

Na segunda parte da análise, a taxa de câmbio \tilde{X} é dada em função das políticas de ampliação de demanda externa. O problema da segunda parte do trabalho pode ser assim formulado: como induzir os agentes a, primeiro, reproduzirem o nível inicial \overline{BC} e, segundo, gerarem o nível de emprego que convita à solução de (30)? A formulação do problema é clara: alguns pressupostos de caráter substantivo e metodológico serão feitos ao final desta parte inicial do trabalho.

Primeiro, note que em uma economia capitalista \tilde{X} é uma variável de resposta dos agentes. Nesta primeira parte \tilde{X} era dado em função das políticas de ampliação de demanda externa. Na segunda parte, \tilde{X} depende basicamente da taxa de câmbio. Dados os reflexos positivos de aumentos em \tilde{X} sobre a Balança Comercial e o emprego, pouco surpreenderá a adoção do ajuste cambial na segunda parte deste trabalho.

Segundo, note que na economia capitalista c_x e c_n não podem ser automaticamente traduzidos em salários. Mudanças em c_x e c_n , que identificamos na economia planificada com políticas de austeridade, não significam necessariamente queda de salários. O consumo doméstico depende, além da renda dos trabalhadores, da renda dos capitalistas e da carga fiscal. O efeito líquido das políticas

... a política de usar o diferencial de preços para obter o equilíbrio desejado...

... e último ponto a ser considerado é a possibilidade de uma mudança em termos das condições de troca... a direção de mudança do nível de emprego para o lado... a solução ótima consiste em reduzir a quantidade de bem exportável, ajustando-a a \bar{X} . Não foi este o primeiro resultado aparentemente paradoxal obtido; vimos anteriormente que a diminuição do consumo doméstico de bem exportável... a direção de mudança do nível de emprego para o lado... a solução ótima consiste em reduzir a quantidade de bem exportável, ajustando-a a \bar{X} .

ção da produção de X sobre a produção de Y, a exportação de X e a produção de X. Discutiremos adiante alguns curvas equívocos associados às políticas de austeridade no contexto da economia capitalista

Referências

- ARIDA, P. (1982.a): "Estratégias de Racionamento" em Estudos Econômicos, vol. 12, Abril.
- ARIDA, P. (1982.b) "A questão das exportações" em Arida, P. e Da Silva, A.M. Ajuste Macroeconômico e Política Salarial. (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo)
- ARIDA, P. (1982.c) "Considerações sobre a oferta monetária no Brasil", texto não publicado.
- ARIDA, P. (1982.d) "Austeridade, Autotelia e Autotomia" em Arida, P. (org.) Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural - O Brasil diante da Crise (Paz e Terra: São Paulo)

1983
Departamento de Economia (COPPEAD), RJ
1980/1983

1. Lara Resende, A. "Incompatibilidade do Modelo de Inva e Inflação Brasileira" (esgotado)
2. Malan, Pedro S. "Desenvolvimento Econômico e Democracia: A Dilema da Mediação do Estado" (esgotado)
3. Bacha, E.L. "Risco e Inflação e o Papel do Mercado Monetário" (esgotado)
4. Lopes, Francisco L. "On The Long-Run Implications of Inflation" (esgotado)
5. Williamson, J. "World Stagflation and International Monetary Arrangements" (esgotado).
6. Lara Resende, A. e Lopes, Francisco L. "Sobre as Causas da Recente Aceleração Inflacionária" (esgotado)
7. Camargo, J.M. "A Nova Política Salarial, Distribuição de Rendas e Inflação"
8. Bacha, E.L. e Alejandro C.D. "Financial Markets: A View from the Periphery"
9. Modiano, E.M. e Lopes, Francisco L. "Dilemas da Política Energética"
10. Bacha, E.L. e Lopes, Francisco L. "Inflation, Growth and Wage Policy: In Search of a Brazilian Paradigm"
11. Monteiro, J.V. "A Economia do Crescimento do Setor Público"
12. Modiano, E.M. "A Three-Sector Model of a Semi-Industrialized Economy"
13. Modiano, E.M. "Derived Demand and Capacity Planning Under Uncertainty" (Revised edition)
14. Lopes, Francisco L. "Rational Expectations in Keynesian Macro-Models"
15. Camargo, J.M. "Reflexões sobre o Ensino de Economia"
16. Camargo, J.M. "Brazilian Size Distribution of Income and Governmental Policies"
17. Modiano, E.M. "Energy Prices, Inflation and Growth"
18. Modiano, E.M. "Estratégias de Racionamento: Uma Generalização"
19. Bacha, E.L. "Recessão, Balanço de Pagamentos e Crescimento"
20. Fritsch, W. "Brazilian Economic Policy During the World Post-War Boom and Slump 1919-1922"
21. Bonelli, R. e Cunha, F.V. "Distribuição de Renda, Estrutura de Consumo e Produção: Uma Análise Multi-Sectorial da Economia Brasileira para o Período de 1970/1975"
22. Arida, P. "The Division of Labour as a Search Process"

37. ... "A Crise do Mercado Internacional de Crédito e o Papel da
... Brasileira."
38. ... E.L. "A Crise do Mercado Internacional de Crédito e o Papel da
... Brasileira."
39. ... D.D. "Mudanças Sociais e Críticas às Políticas de Crédito
(segundo)"
40. ... A. "A Crise do Mercado Internacional de Crédito e o Papel da
... Brasileira: Uma Análise da Situação da Situação Atual"
41. ... F. "Mudanças Sociais e Críticas às Políticas de Crédito e o
... Bilateral de Crédito Internacional"
42. ... E.L. "Crise do Mercado Internacional de Crédito: Implicações para a
... Abertura Financeira no Exterior"
43. ... R.F. "Expansão de Exportações, Substituição de Importações e Crescimento
Setorial: A Experiência dos Anos 70"
44. ... W. "Latin American Exports and U.S. New Protectionism: A
Retrospect and an Agenda for Negotiations in the Eighties"
45. ... E.M. "A Dinâmica de Salários e Preços na Economia Brasileira:
1966/81"
46. ... J.M., e F.L.P. Serrano "Os Dois Mercedes: Homens e Mulheres na
Indústria Brasileira"

Notas Didáticas

Departamento de Economia FUC/RJ

1980/1983

- 1,2,3,4,5,6 e 7 Bacha, E.L. "Análise Macroeconômica: Uma Perspectiva Brasileira"
4. Camargo, J.M. "A Evolução do Sistema Econômico (esgotado)"
8. Lopes, Francisco L. "O Processo Inflacionário: Noções Básicas"
9. Lopes, Francisco L. "A Dimensão Temporal da Análise Macroeconômica"
10. Taylor, L. "Structuralist Macroeconomics: Applicable Models for the Third World"

23. "The 1980's: A Decade of Economic Crisis in Latin America and the Caribbean" (1982)
24. Correa do Lago, L.A. "Política Cambial, Balança de Pagamentos e Inflação no Brasil no 19 Trimestre: Uma Nota para a União Europeia"
25. Monteiro, J.V. "Uma Análise do Processo Decisório no Setor Público: O Caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico 1974/1981" (esgotado)
26. Faria, F.L. "Growth With a Limited Supplies of Foreign Exchange: A Reappraisal of the 'Two-Gap' Model" (esgotado)
27. Faria, F.L. "Vicissitudes of Export Substitution Attempts in Brazil: A Reappraisal of the 'Two-Gap' Model"
28. Lopes, Francisco L. "Rational Expectations, Discrete Price Setting and the Role of Monetary Policy"
29. Malan, P.S. e Jonh R. Wells "Structural Models of Inflation and Balance of Payments Disequilibria in Semi-Industrialized Economies: Some Implications for Stabilization and Growth Policies"
30. Abreu, Marcelo P. "Anglo-Brazilian Economic Relations and the Consolidation of American Pre-Eminence in Brazil: 1930-1945"
31. Díaz Alejandro, C.F. "Latin America in the 1930's"
32. Díaz Alejandro, C.F. "The LDCs in the 1982 International Economic Conference"
33. Lopes, Francisco L. "Inflação e Nível de Atividade no Brasil: Um Estudo Econométrico"
34. Camargo, J.M. e E. Landau "Variações de Demanda, Estrutura de Custos e Margem Bruta de Lucro no Brasil 1974-1981"
35. Díaz Alejandro, C.F. e G. Helleiner "Handmaid in Distress: World Trade in the 1980's"
- 36.a. Abreu, M.P. e W. Fritsch "As Lições da História: 1929-33 e 1979-82"
- 36.b. Lara Resende, A. "A Ruptura no Mercado Internacional de Crédito"
- 36.c. Correa do Lago, L.A. "A Programação do Setor Externo em 1983: Uma Breve Análise Crítica"
- 36.d. Carneiro, D.D. "O Terceiro Choque: É Possível Evitar-se a Depressão?"
- 36.e. Lopes, F.L. "A Crise do Endividamento Externo: Alguns Números e suas Consequências"
- 36.f. Malan, P.S. "Recessão e Renegociação"
- 36.g. Werneck, R.L. "Estrangulamento Externo e Investimento Público"
- 36.h. Bonelli, R. "Investimento e Emprego Diante de Desequilíbrios Externos e Internos"
- 36.i. Mediano, E.M. "Choque Externo e Preços Internos: Dilemas da Política Econômica"
- 36.j. Monteiro, J.V. "Organização e Disfunções da Política Econômica"
- 36.k. Vascha, E.L. "Por Uma Política Econômica Positiva"
- 36.l. Camargo, J.M. "Do Milagre à Crise: A Economia Brasileira nos Anos Oitenta"
- 36.m. Aída, P. "Austeridade, Autotelia e Autotrofia"

1974 - 1975
Departamento de Economia, UFRJ
1975 - 82

- 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7. Bacha, E.L. "Análise Macroeconômica: Um Tratado".
4. Cernigo, J.M. "A Evolução do Sistema Econômico" (esgotado)
8. Lopes, Francisco L. "O Processo Inflacionário: Noções Básicas"
9. Lopes, Francisco L. "A Teoria da Inflação: Uma Abordagem Crítica"
10. Taylor, L. "Structuralist Macroeconomics: Applicable Models for the Third World"